



DÍVIDA

## Houve branqueamento de capitais na corrida aos certificados?

**Ana Gomes alerta que “uma parte” do montante investido em Janeiro pode ter servido para lavagem de dinheiro. Por isso, a eurodeputada apelou ao BCE e à Comissão Europeia para que pressionem o Governo a esclarecer a origem dessas verbas.**

Os portugueses aplicaram 1.941 milhões de euros em certificados, em Janeiro. Um montante que “em parte” pode servir objectivos de branqueamento de capitais, teme Ana Gomes. Por isso, a eurodeputada solicita ao BCE e à Comissão Europeia que pressionem o Governo a esclarecer esta dúvida. Os CTT esclareceram que estes produtos “são menos propensos a estes riscos”.

“Não se sabe de onde vieram estes dois mil milhões de euros. Não vieram dos depósitos que não sofreram tamanha fuga, não vieram dos fundos de investimento, não vieram sequer da bolsa. É claro que vieram de fora do sistema”, afirmou Ana Gomes, esta terça-feira, na Antena 1. Dos bancos saíram apenas 10% de todo o montante captado ao balcão dos CTT e dos fundos de investimento saíram 28,6 milhões.

“A questão é se estavam em gigantescos colchões em casas dos subscritores ou se vieram

de proveniência mais exótica e ilícita, em mais um gigantesco esquema de branqueamento de capitais”, acrescentou a eurodeputada do PS.

“Uma parte do dinheiro veio da poupança legítima dos portugueses, mas cerca de 1,6 mil milhões de euros não vem do sistema”, frisou Ana Gomes ao Negócios. Para esclarecer esta dúvida, Ana Gomes enviou uma carta “ao BCE e à Comissão Europeia alertando-os para a necessidade de pressionar o Governo a esclarecer este mis-

tério do dinheiro aparecido”.

Questionada sobre este tema, fonte oficial dos CTT sublinhou que “os produtos de poupança, pelas suas características de aplicações de médio e longo prazo, são menos propensos a este tipo de riscos”. Ainda que os certificados de aforro sejam produtos de curto prazo, podendo ser mantidos durante três meses, 75% do montante foi aplicado em Certificados do Tesouro Poupança Mais (CTPM), que têm um prazo de cinco anos.

Os CTT, principal comercializador dos produtos de poupança do Estado, têm obrigação de comunicação de suspeitas de operações de branqueamento de capitais ao Ministério Público e à Unidade de Informação Financeira da P.J. Contactados, o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal e a Procuradoria-geral da República não responderam às questões do Negócios. ■

**RAQUEL GODINHO**

Marisa Cardoso/Sábado

# 1,9

## CERTIFICADOS

Foram aplicados 1,9 mil milhões de euros em certificados, em Janeiro, após o anúncio do corte da taxa de remuneração.



Ana Gomes enviou uma carta ao BCE e à Comissão Europeia para forçar o Governo a esclarecer a origem do dinheiro.